

Aprovado em comissão, Código de Processo Penal vai ao Plenário



Projeto elaborado pelo relator Renato Casagrande traz 702 artigos e moderniza lei que está em vigor há quase 69 anos

Uma das mais antigas leis em vigor no país poderá ser substituída por um texto moderno e mais adequado aos anseios da sociedade em relação ao combate ao crime. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem o novo Código de Processo Penal, que agora depende de aprovação em turno único pelo Plenário. Depois, será enviado à Câmara dos Deputados. **5**

Demostenes Torres (2º à esq.) e Renato Casagrande (D), durante a votação: 702 artigos e muitas modificações no novo Código de Processo Penal



Sem acordo, partilha dos *royalties* pode ficar para depois das eleições **8**

Líder do governo, Romero Jucá diz que governo pode adiar discussão, se não houver consenso

CDH vai ouvir envolvidos no caso Bancoop

Denúncia de desvio de recursos, que pode ter prejudicado centenas de pessoas, será acompanhada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. **3**

Adiada novamente a votação da MP dos recursos para a Caixa **8**

R\$ 280 mi para saneamento em SC **6**

CCJ amplia prazo mínimo de filiação **4**

Indenização para donos de terras **4**

Lançados dois livros da série Perspectiva Senado

Proposta de sistema tributário e Crédito e spread – custo de intermediação bancária, foram lançados em solenidade no gabinete da Presidência do Senado. O primeiro livro compreende projeto elaborado por Francisco Dornelles, e o outro reproduz relatório de Tasso Jereissati. **2**

Sarney fala na solenidade, que teve a presença de Dornelles, Maciel e Jereissati (D)



Senador elogia os trabalhos de vários colegiados especiais da Casa, como a Subcomissão de Reforma Tributária, a comissão de acompanhamento da crise econômica mundial e as de reforma do CPP e do CPC



Jane Araújo

Observado por Francisco Dornelles, Marco Maciel e Tasso Jereissati (D), José Sarney discursando durante a solenidade na Presidência da Casa

Sarney destaca lançamentos da série "Perspectiva Senado"

O PRESIDENTE DO SENADO, José Sarney, comunicou ontem ao Plenário o lançamento de duas publicações elaboradas a partir do trabalho produzido por comissões especiais instaladas na Casa: a de acompanhamento da crise econômica mundial e a que elaborou a proposta de reforma do sistema tributário nacional. Os dois livros inauguram a série intitulada "Perspectiva Senado".

Sarney disse que a comissão sobre a crise econômica apresentou relatórios precisos, "com análises muitas vezes demandadas por entidades ligadas à economia e até mesmo organismos estrangeiros e do corpo diplomático, e inclusive pelo presidente da Câmara de Comércio dos Estados Unidos". A comissão teve como relator o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

– Quero louvar o trabalho desses senadores e dizer que eles produziram e fizeram um trabalho que

honra o Senado e que estão hoje à disposição da inteligência brasileira e são um valioso subsídio para quem desejar estudar o problema do crédito, o problema das relações financeiras – declarou.

O senador afirmou que a proposta elaborada pela outra comissão esmiúça o relatório final da Subcomissão de Reforma Tributária, aprovado em dezembro de 2008. O colegiado teve como relator Francisco Dornelles (PP-RJ).

José Sarney também mencionou a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do projeto de reforma do Código de Processo Penal (CPP), cujo relatório final foi elaborado por Renato Casagrande (PSB-ES).

Lembrou ainda que uma comissão de juristas está trabalhando na elaboração de um pré-projeto de renovação do Código de Processo Civil (CPC). Hoje, disse, haverá uma

audiência pública sobre o assunto. A expectativa é que, até o final de abril, os juristas entreguem o projeto, informou.

Sarney acrescentou que a Presidência do Senado criou também uma comissão de juristas e especialistas em Justiça Eleitoral para fazer a reforma do Código Eleitoral. Na opinião do senador, a matéria eleitoral se encontra dispersa, contraditória e tumultuada.

Os dois livros da série "Perspectiva Senado" foram lançados em solenidade no gabinete da Presidência da Casa, e tem como títulos *Proposta de sistema tributário* e *Crédito e spread – custo da intermediação bancária*.

Participaram da solenidade de lançamento das obras, além do presidente da Casa, os senadores Tasso Jereissati, Francisco Dornelles, Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Valdir Raupp (PMDB-RO).



Gerardo Magalhães

Tião Viana cita estudo do Ipea: R\$ 112 bilhões de investimentos

Tião Viana defende retomada de investimento em ferrovias

O Acre quer retomar a discussão em torno da expansão das ferrovias como matriz de transporte de cargas e de passageiros, afirmou ontem o senador Tião Viana (PT-AC). Ele assinalou que vários países estão se voltando para esse modelo de transporte e investindo fortemente no setor, como os Estados Unidos.

Ele citou estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em que o Ministério dos Transportes afirma que, para obter

um cenário de equilíbrio em 2025, a participação das ferrovias deveria aumentar dos atuais 25% para 35% e a das hidrovias de 13% para 29%, com redução do transporte rodoviário, que cairia de 58% para 30%.

Segundo o Ipea, o investimento global necessário seria de R\$ 112 bilhões para que se possa assegurar uma nova realidade no transporte ferroviário em substituição ao rodoviário e, ao mesmo tempo, expandir o aquaviário.

Código de Defesa do Consumidor faz 20 anos

Ao registrar a passagem do Dia Mundial dos Direitos do Consumidor, celebrado em 15 de março, Roberto Cavalcanti (PRB-PB) lembrou os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90).

Para o senador, embora ainda haja muitos obstáculos ao exercício pleno da cidadania no consumo, as duas décadas do código representam uma indiscutível melhora na oferta de produtos e serviços no país.

Suplicy alerta para esquema na indústria do suco de laranja

Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a apelar aos órgãos de defesa da concorrência para que investiguem as denúncias de formação de cartel na indústria do suco de laranja no estado de São Paulo. De acordo com o senador, o caso voltou a chamar a atenção nos últimos dias com a publicação de entrevista com um ex-diretor de uma das maiores empresas do setor no estado, que revelou detalhes do esquema.

Segundo o senador, o

empresário Dino Tofini contou à *Folha de S. Paulo* que há cerca de dez anos as empresas envolvidas passaram a comprar laranja a um preço bem mais acessível, o que transferiu um ônus enorme para o pequeno agricultor.

Suplicy disse ainda que, hoje, 50% das frutas destinadas ao processamento são plantadas nas fazendas das grandes indústrias, o que confere a essas empresas um elevado poder de fixação dos preços.

Recebidos, na manhã de ontem, pelo presidente do Senado, José Sarney, os diretores do Museu Casa do Pontal, Ângela Mascelani, Joana Correa e Lucas Vanderbilt, pediram apoio para a realização de parcerias com o Ministério da Cultura. O Museu Casa do Pontal, localizado no Rio de Janeiro, tem o maior acervo de arte popular brasileira e mantém exposição permanente de 5 mil obras de 200 artistas brasileiros. Sarney disse conhecer o trabalho realizado pela instituição e prometeu apoio à proposta.

O deputado federal Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) relatou ontem a José Sarney a ocorrência de conflitos armados entre a polícia da Guiana Francesa, departamento ultramarino da França na América do Sul, e canoieiros da região do Oiapoque, no Amapá. O deputado pediu que o presidente do Senado tente agendar uma audiência com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para tratar do assunto.

O ex-presidente da Colômbia Ernesto Samper visitou ontem José Sarney para convidá-lo a participar do Fórum de Biarritz, entre os dias 4 e 5 de novembro, nessa cidade francesa. O fórum ocorre anualmente desde 2000 para discutir as relações entre Europa e América Latina. Os senadores Marina Silva (PV-AC), Marco Maciel (DEM-PE) e Cristovam Buarque (PDT-DF) também devem ser convidados.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pauta permanece trancada

14h A pauta de votações do Plenário está trancada por projeto que trata da formação de docentes para atuar na educação básica e ainda por duas medidas provisórias, entre elas a MP 470/09, que destina R\$ 6 bilhões para a Caixa Econômica Federal e R\$ 1 bilhão para o Banco do Nordeste.

CI Uso de óleos vegetais

8h30 Projeto que trata da produção, comercialização e utilização de óleos vegetais como combustível está na pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

CPC Coleta de sugestões

9h A comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto de reforma do Código de Processo Civil realiza audiência pública para coleta de sugestões.

CDH Garimpeiros de Serra Pelada

10h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vai discutir o conflito existente entre representações dos garimpeiros de Serra Pelada (PA). Estão convidados o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, entre outros.

CRE Estatutos da CPLP

10h A Comissão de Relações Exteriores analisa sete projetos de decreto legislativo, entre eles o que aprova os estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

CPI da Pedofilia Funcionário do Flamengo

9h O funcionário do Clube de Regatas do Flamengo Flávio Alves Pereira depõe hoje na Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia.

CCJ Partilha de tributos

10h Em audiência pública, a Comissão de Constituição e Justiça debate propostas de emenda à Constituição (PECs 65/05 e 17/07) que tratam da partilha de tributos entre os entes federativos. Entre os convidados estão Paulo José Souza, da Secretaria do Tesouro Nacional; Remígio Todeschini, diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional; entre outros.

CPI das ONGs Eleição do vice-presidente

11h A CPI das ONGs reúne-se para eleger o vice-presidente e analisar requerimentos.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

PSDB representa contra Vaccari

Marisa Serrano (PSDB-MS) comunicou que seu partido, por iniciativa de Alvaro Dias (PSDB-PR), decidiu entrar com representação na Procuradoria-Geral da República contra o tesoureiro do PT João Vaccari Neto.

Conforme reportagens da revista *Veja*, Vaccari é investigado por suspeita de estelionato, apropriação indébita, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, e ainda pela cobrança de propina para intermediar recursos de fundos de pensão usados no mensalão do PT, em 2005. A informação foi prestada sob o benefício da delação premiada pelo corretor Lúcio Bolonha Funaro.

Marisa frisou que a Bancoop "lesou mais de 400 famílias" e é acusada "de desviar pelo menos R\$ 100 milhões para supostamente destinar a campanhas políticas do PT".



Gerardo Magela

Acusado deve se afastar, afirma líder

Líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM) disse que o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, deveria ser afastado da função até o esclarecimento das denúncias que pesam contra o presidente licenciado da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop).

O senador criticou a ausência das lideranças do PT no Plenário para tratar do caso Bancoop.

– Fico entristecido quando vejo as cadeiras vazias, as lideranças inertes que simplesmente não comparecem ao debate, como se fosse algo premeditado ou uma consciência muito pesada.

Virgílio afirmou que nunca deixou de se manifestar sobre as posições do partido quando era líder do governo de Fernando Henrique Cardoso.



Gerardo Magela

João Pedro rebate denúncias

O senador João Pedro (PT-AM) atribuiu ao jogo político as denúncias da oposição contra o governo federal no episódio da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop). Depois de lembrar que um promotor rigoroso, José Carlos Blat, está acompanhando o processo em São Paulo, o senador disse esperar que se faça justiça e que se punam os culpados. Mas considerou um erro vincular o caso ao governo apenas porque um dos acusados, João Vaccari Neto, é tesoureiro do PT há menos de um mês.



Gerardo Magela

Agripino: Congresso precisa investigar

O líder do Democratas no Senado, José Agripino (RN), afirmou que o desvio de dinheiro da Bancoop é "um escândalo que o governo não quer investigar", mas o Congresso tem a obrigação "de passar tudo a limpo". Lembrou que a Bancoop "logrou" dezenas de pessoas que compraram imóveis.

Agripino disse que são fortes os indícios de desvio de dinheiro para a campanha do PT. Por isso, continuou, os líderes do governo do Congresso têm feito de tudo para que a oposição não crie uma CPI, tentando impedir que os parlamentares ouçam sequer o procurador Blat e João Vaccari Neto.

Virgílio pede renúncia de relator de CPI

O presidente da CPI das ONGs, Heráclito Fortes (DEM-PI), suspendeu ontem a reunião da comissão por falta de quórum e remarcou-a para hoje.

Diante da suspensão, Arthur Virgílio (PSDB-AM) anunciou que encaminhará ao Ministério Público Federal pedido para investigar denúncia contra a Fundação Francisco de Lima Botelho, de Fortaleza. Para Virgílio, Inácio Arruda (PCdoB-CE) deveria renunciar à relatoria da CPI, "por não estar cumprindo seu papel".

José Agripino (DEM-RN), por sua vez, classificou como "inédito" o fato de um relator não comparecer à CPI. Na sua opinião, o que houve foi um "claro boicote, subtraindo da minoria o direito de investigar".

Compradores de imóveis estiveram na comissão, que decide enviar senadores a São Paulo para avaliar situação da cooperativa, alvo de denúncias de desvio de recursos

Tesoureiro do PT será ouvido na CDH sobre caso Bancoop

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai acompanhar o caso da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop), acusada pelo Ministério Público de São Paulo de lesar associados e praticar fraudes que mascararam desvio de recursos para empresas dos próprios dirigentes e também para campanhas eleitorais do PT.

Pelo requerimento aprovado ontem, do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), serão ouvidos pela comissão os principais citados nas investigações, a começar pelo ex-presidente da Bancoop, João Vaccari Neto, atual tesoureiro do partido.

Participaram da reunião cerca de 30 dirigentes de associações de compradores de imóveis prejudicados pela Bancoop, acompanhados de advogados. Ao fim, eles tiveram ainda a confirmação de que um grupo de senadores da CDH vai a São Paulo para avaliar a situação dos cooperados, após a aprovação de proposta do senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

Além de Vaccari, devem ser



Márcia Kallume

Cristovam, entre Papaléo e Alvaro Dias: oposição garantiu quórum para votação

ouvidos ainda o promotor José Carlos Blat, que conduziu as investigações, e Lúcio Bolonha Funaro, corretor de câmbio que intermediou operações para dirigentes da Bancoop. A pedido do presidente da CDH, Cristovam Buarque (PDT-DF), foi incluído entre os convidados o advogado da Bancoop Pedro Dallari.

A presença da oposição na reunião garantiu número para votação. Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que as denúncias são graves e seria o caso de se

instalar uma comissão parlamentar de inquérito, não fosse a resistência do governo "a qualquer investigação que alcance pessoas que são próximas", como seria Vaccari Neto.

– Qualquer pessoa séria, quando exposta a uma acusação, não precisa ser convocada: ela se apresenta. E CPI, aqui não adianta mais pedir. Estamos vendo a desmoralização desse instrumento e a preponderância da tática do silêncio – afirmou Arthur Virgílio.

Advogado diz que cerca de 8 mil famílias foram prejudicadas

O advogado Valter Picanço Júnior, um dos contratados para a defesa dos associados da Bancoop, afirmou que cerca de 8 mil famílias foram lesadas pela instituição em São Paulo. Ele e dois cooperados foram ouvidos ontem pela CDH, que aprovou a realização de uma viagem a São Paulo para conhecer *in loco* a situação das vítimas.

De acordo com o advogado, dos 51 empreendimentos lançados pela cooperativa habitacional (a maioria prédios de apartamentos), apenas 18 foram entregues, mesmo assim sem as escrituras. Outros 20 projetos encontram-se inacabados e 13 nem saíram do papel.

Em 2004, relatou Picanço Júnior, a Bancoop chegou a receber aporte de R\$ 42,5 milhões de fundos de pensão de estatais. Mesmo assim, acrescentou, as obras não avançaram e o dinheiro desapareceu. Para completar, em 2005, todos os cooperados começaram a receber boletos para o pagamento

do que foi chamado de "aporte" – parcelas não previstas nos contratos, expedidas inclusive para quem já estava de posse dos imóveis.

– A intenção foi lançar contra os cooperados o custo do roubo. A alegação era de que todos são sócios e responsáveis e que a cobrança era para as obras inacabadas – afirmou Antonio Molina, um dos indicados a falar pelo grupo de cooperados. Ele esclareceu que medidas judiciais estão sustando os pagamentos.

Antonio Molina disse que pode ser considerado "um felizardo", já que pelo menos conseguiu receber o imóvel. Mesmo assim, permanece em campanha com os demais. Apenas dois dos quatro prédios de seu condomínio foram concluídos. Segundo ele, João Vaccari Neto, ex-presidente da Bancoop e atual tesoureiro do PT, esteve no local para garantir que as obras seriam retomadas e nada aconteceu.

Ideli Salvatti quer centralizar debate sobre cooperativa

A líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti (PT-SC), disse que todo o debate e as apurações sobre fraudes na Bancoop devem ser centralizados na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A senadora acusou a oposição de tentar paralisar o Senado com o tema, e de trazer para dentro da Casa e das respectivas comissões um problema que nada tem a ver com suas finalidades.

– Não podemos aceitar o que a oposição pretende, que é paralisar as atividades do Senado, trazer a campanha eleitoral cá para dentro e, para isso, sabotar a atividade legislativa, manietando as comissões temáticas.

A senadora lembrou que a bancada governista derrubou no Plenário requerimento de Alvaro Dias (PSDB-PR), de convocação do promotor José Carlos Blat, além de bloquear o mesmo requerimento em duas outras comissões.

Cooperativistas negam envolvimento com o MST

Os dois líderes cooperativistas ouvidos ontem na CPI Mista do MST negaram qualquer envolvimento com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a reunião foi importante porque permitiu aos parlamentares tomarem conhecimento do sucesso das formas cooperativas de produção.

Na audiência pública realizada pela CPI, foram ouvidos

os representantes do Instituto de Orientação Comunitária e Assistência Rural (Inocar), Ismael Rodrigues de Souza, e da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), Milton Fornazieri. Ambos contaram como funcionam as cooperativas da qual fazem parte e garantiram que não mantêm vínculos com o MST.

Ao fim da reunião, Suplicy informou que estudará os es-

tatutos das duas cooperativas e que enviará os documentos ao senador Renato Casagrande (PSB-ES), que relata projeto sobre o cooperativismo.

João Pedro (PT-AM) ressaltou que a participação dos convidados foi importante do ponto de vista da agricultura familiar e também para a CPI, uma vez que o colegiado também tem como objetivo "construir uma proposta de reforma agrária".

Para Arthur Virgílio, autor do projeto aprovado ontem na CCJ, é preciso fortalecer o sistema partidário brasileiro, pondo fim às "famigeradas legendas de aluguel"

Prazo maior para domicílio eleitoral e filiação partidária

A FILIAÇÃO PARTIDÁRIA e o domicílio eleitoral de candidatos deverão estar definidos pelo menos 30 meses antes das eleições, segundo proposta aprovada ontem, em decisão terminativa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Hoje, a exigência é de pelo menos um ano.

O PLS 222/06, do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), foi aprovado com duas emendas do relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). Para o autor, há necessidade de se fortalecer o sistema partidário brasileiro, pondo fim às "famigeradas legendas de aluguel".

Virgílio informou que o projeto retoma objetivo de outra proposta sua, de quando ainda era deputado federal, mas que foi arquivada quando ele deixou a Câmara.

O relator também concordou com a necessidade de medidas que visem fortalecer os partidos políticos, por meio do des-

tímulo à troca constante de partido por ocupante de cargo eletivo.

A proposição também retira dos partidos, como prevê atualmente a Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95), a faculdade de estabelecer, em seus estatutos, prazo de filiação partidária superior ao legal, com vistas à candidatura a cargos eletivos.

No entanto, Antonio Carlos Júnior apresentou emenda para

evitar que o projeto retire da lei vigente dispositivo segundo o qual, em caso de incorporação ou fusão de partidos, a data de filiação partidária do candidato será aquela em que se filiou ao seu partido de origem.

Em outra emenda, o relator propôs que a vigência da futura lei ocorra na data da publicação, mas que seus efeitos somente sejam produzidos após transcorridos 36 meses.



Antonio Carlos Júnior, como relator, fez duas emendas ao texto original

Aprovada criação de lei específica para publicidade

Proposta que fixa regras específicas para licitações e contratos relacionados com serviços de publicidade prestados ao poder público foi aprovada ontem, em caráter terminativo, pela CCJ.

Em seu relatório favorável à proposta (PLC 197/09), o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) afirmou que, entre os aprimoramentos contidos no projeto, está a definição precisa dos serviços de publicidade e a vedação de que outras atividades sejam contratadas em bloco.

A proposta define os serviços

de publicidade como o conjunto de atividades que tenham por meta o planejamento, a criação, a execução e a distribuição de publicidade com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral.

A proposta proíbe a inclusão nos contratos de publicidade de serviços de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas, além dos relativos à realização de eventos festivos.

No caso da concessão do ser-

viço a mais de uma agência de propaganda, sem segregação em itens ou contas publicitárias, é previsto um procedimento de seleção interna entre as contratadas, destinado a escolher a executora de ações publicitárias específicas.

Com relação à modalidade de licitação, serão observadas as mesmas regras já previstas na Lei 8.666/93, ou seja: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão, sendo obrigatória a adoção dos tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço".

Defensoria Pública da União terá mais seis cargos DAS

A CCJ aprovou ontem a criação de seis cargos em comissão do grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), todos destinados ao Ministério da Justiça, para estruturação da Defensoria Pública da União. O texto foi examinado em decisão terminativa e vai agora à sanção presidencial.

Já deliberado pela Câmara dos Deputados, o projeto da Presidência da República (PLC 329/09) foi relatado pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), autor de voto pela aprovação. A informação é de que o órgão dispõe atualmente de apenas seis cargos do tipo DAS, número considerado insuficiente para sua organização.

Na análise, Valadares afirma que a Defensoria Pública foi fortalecida e ganhou novas atribuições com a recente aprovação de seu estatuto.

Promoção póstuma para Vinicius de Moraes

O poeta Vinicius de Moraes deverá ser promovido *post mortem* a ministro de primeira classe da carreira de diplomata, assegurando-se a seus atuais dependentes os benefícios da pensão correspondente ao cargo. É o que prevê projeto do Executivo (PLC 5/10) aprovado ontem pela CCJ. A matéria segue para votação em Plenário.

Relator da proposta, o senador Marco Maciel (DEM-PE) acatou o texto como veio da Câmara, com uma única emenda de redação. Ele disse que a promoção se justifica por ter Vinicius de Moraes "marcado indelevelmente a música popular brasileira, elevando o seu prestígio para além das nossas fronteiras, tornando-se um verdadeiro embaixador da cultura brasileira, conforme atesta a exposição de motivos enviada pelo governo".



Valter Pereira diz que mudança corrige desrespeito à propriedade



Para Kátia Abreu, indenização deve cobrir ao menos o valor da terra nua

Terras desapropriadas para reservas podem ser indenizadas

Proprietários de terras desapropriadas pela União para criação de reservas indígenas poderão ser indenizados pelo valor da terra nua e pelas benfeitorias úteis e necessárias realizadas de boa-fé. A medida muda a Constituição e foi aprovada ontem pela CCJ. Ao final de muita polêmica, prevaleceu o texto do relator, Valter Pereira (PMDB-MS), elaborado sobre proposta (PEC 3/04) que faculta ao poder público desapropriar imóvel para efeito de demarcação em favor de comunidade indígena. Voto em separado de Eduardo Suplicy (PT-SP) colocava restrições a essa indenização e foi considerado prejudicado pela CCJ.

O texto de Valter Pereira altera o parágrafo 6º do artigo 231 da Constituição, que, segundo ele, fere o direito à propriedade, desconhece a validade do ato jurídico perfeito e nega a possibilidade de o detentor de título legal de terras nessas circunstâncias cobrar indenização da União na Justiça. O relator acrescenta artigo para permitir a indenização de terras demarcadas

como reserva indígena sempre que seu título de posse seja "justo e legítimo".

Kátia Abreu (DEM-TO) reivindicou que a indenização cobrisse, no mínimo, o valor da terra nua. Romero Jucá (PMDB-RR), que presidiu a Funai por três anos, apoiou o parecer de Valter Pereira e defendeu a indenização de assentamentos em área indígena declarada imemorial pelo órgão. Osmar Dias (PDT-PR) relatou situação de insegurança jurídica vivida por mil pessoas que ocupam área de 7 mil hectares no interior do Paraná, alvo, segundo ele, de demarcação para atender a uma tribo indígena com apenas três remanescentes. Já Lobão Filho (PMDB-MA) cobrou a elaboração de regras claras sobre a demarcação de terras em favor de comunidades indígenas no país. Jayme Campos (DEM-MT) disse que os conflitos fundiários estão tornando "impossível" a convivência entre índios e não índios em algumas regiões, enquanto Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou a homologação da reserva indígena Apitereua (PA), em 2009.

Proposta faz duas alterações no texto constitucional

Aprovado pela CCJ, o substitutivo de Valter Pereira (PMDB-MS) à proposta de emenda à Constituição (PEC 3/04) que faculta ao poder público desapropriar imóvel para efeito de demarcação em favor de comunidade indígena faz duas alterações na Constituição.

Em primeiro lugar, modifica o texto do parágrafo 6º do artigo 231 para estabelecer que "serão anulados e extintos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere esse artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e das lagoas nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei

complementar".

O relator manteve a determinação de que a ocupação ou a exploração irregular de terras declaradas indígenas não dá direito a indenização. Ao mesmo tempo, ao suprimir o trecho "não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé", Valter Pereira abriu espaço para permitir a indenização do título de domínio legal de área declarada indígena pelo valor da terra nua. A possibilidade foi aberta ao se acrescentar artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A PEC vai ao exame do Plenário.

Senadores e governo debatem PECs que modificam os fundos de participação

O presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), anunciou ontem que a comissão vai realizar um debate, às 10h de hoje, sobre duas propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam da composição dos fundos de participação de estados e municípios. Representantes dos ministérios da Fazenda, da Previdência

Social, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Saúde foram convidados a discutir as PECs com os senadores.

A PEC 65/05 altera os percentuais dos tributos arrecadados destinados aos fundos de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e aos programas de financiamento do setor produtivo das

regiões. Já a PEC 17/07 inclui o produto da arrecadação de contribuições sociais no compartilhamento de recursos com estados e municípios.

Também foi aprovado voto de aplauso, proposto pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso pelo artigo "Para onde

vamos?", publicado no final de 2009 pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. No debate, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que os artigos do sociólogo podem até causar incômodo, mas ponderou que, como as considerações são sempre "respeitosas", o desconforto gerado deve ser visto como algo próprio da democracia.

Proposta autoriza municípios proporem ADIs

A ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e a ação declaratória de constitucionalidade (ADC) poderão passar a ser interpostas também por confederações ou associações de municípios de âmbito nacional. O novo direito está previsto em proposta (PEC 36/09) aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

De acordo com o autor, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), embora a Constituição tenha elevado os municípios à categoria de entes federados autônomos, esse fato não veio acompanhado de prerrogativas essenciais que consolidassem essa posição.

A não representação do município no Senado e a falta de legitimidade para propor ADIs e ADCs sobre temas que repercutem na esfera de sua atuação são exemplos dessas omissões federativas, na avaliação do senador.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, segundo Zambiasi, separa em duas categorias os entes que têm legitimidade para propor tais ações. Os "universais", que podem defender a Constituição em qualquer caso sem precisar demonstrar adequação temática – neste caso estão o presidente da República, a Mesa do Senado, a Mesa da Câmara dos Deputados, o procurador-geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e partido político com representação no Congresso. E os "especiais", que devem demonstrar que o ato objeto de controle interfere ou tem pertinência com os interesses dos respectivos filiados ou associados. Nessa situação estão as mesas das assembleias e câmaras legislativas, governador de estado ou do Distrito Federal e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

O relator, Almeida Lima (PMDB-SE), recomenda a aprovação da proposta e observa que não consta, na Constituição, no rol dos legitimados a propor as duas ações, nenhuma instituição ou órgão que represente os interesses das municipalidades. Como o Brasil possui mais de 5.500 municípios, ele considera desarrazoado conceder a possibilidade de provocar o controle concentrado de constitucionalidade a cada uma das mesas das câmaras municipais. O relator acredita, assim, que a solução encontrada por Zambiasi corrige a lacuna sem inviabilizar a atuação do Supremo.

A PEC será agora analisada pelo Plenário.



Sérgio Zambiasi lembra que município não tem prerrogativa de ente federado

Modelo acusatório, criação da figura do juiz das garantias, restrição ao *habeas corpus*, limitação de recursos, permissão para que os jurados possam conversar uns com os outros e fim da acareação de acusados são algumas das mudanças



Senadores da Comissão de Justiça, presidida por Demostenes Torres, elogiam proposta, aprovada na forma de substitutivo apresentado por Renato Casagrande



CCJ aprova a reforma do Código de Processo Penal, que vai ao Plenário

CRIAÇÃO DA FIGURA do juiz das garantias – responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal –, modelo acusatório, restrição ao instituto do *habeas corpus*, fim da acareação entre acusados, permissão para que jurados possam conversar uns com os outros, limitação de recursos e possibilidade de penas mais rápidas são algumas das mudanças do projeto de reforma do Código de Processo Penal (CPP), aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e que amplia o combate à impunidade.

Com 702 artigos, que traz profundas modificações em vários dispositivos da atual legislação (Decreto-Lei 3.689/41), a proposta vai agora ao Plenário, para votação em turno único. Em seguida, voltará à CCJ para exame da redação final. Depois, passará novamente pelo Plenário, antes de ser encaminhado à Câmara dos Deputados. A comissão votou o substitutivo do relator, senador Renato Casagrande

(PSB-ES).

O substitutivo baseou-se em projeto de lei (PLS 156/09) do senador José Sarney (PMDB-AP), fruto de um anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas criada em julho de 2008. A essa proposta foram anexadas outras 48 proposições. Esses projetos transformaram-se numa proposta única, concluída em dezembro do ano passado pela Comissão Temporária de Estudo da Reforma do CPP, constituída especialmente para análise do assunto.

Combate ao crime

Emenda destacada pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), para permitir ao policial militar poderes para lavar os chamados TCOs (termos de circunstância de ocorrência), foi aprovada pelos senadores, depois de ampla discussão.

Conforme o artigo 291 do substitutivo, "o delegado de polícia que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo

circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando as requisições dos exames periciais". A emenda de Demostenes, subscrita por Marco Maciel (DEM-PE), substituiu a expressão "delegado de polícia" por "autoridade policial", mantendo o texto original do anteprojeto, de modo a permitir que policiais militares também possam lavar os termos circunstanciados.

– Foi inserido no texto "delegado de polícia" para favorecer a categoria, mas manter o texto como está é prestar um desserviço ao país. Não podemos tirar nenhuma autoridade policial do combate ao crime – argumentou Demostenes, que leu trecho de discussão do Supremo Tribunal Federal em favor dos policiais militares.

Contestando a emenda, Casagrande argumentou que o delegado de polícia, por ter formação em Direito, está mais preparado para essa função.

– Nem todos os policiais militares têm essa formação. Estamos, com a emenda, delegando uma competência que pode funcionar bem em 90% dos casos, mas que pode também gerar injustiça – explicou o relator, que recebeu apoio de Romeu Tuma (PTB-SP).

Participação

Vários senadores elogiaram a proposta aprovada. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmaram que vários segmentos da sociedade não acreditavam que o Senado conseguiria aprovar a reforma do código. Serys Slhessarenko (PT-MT) destacou a participação do movimento das mulheres em temas que envolveram defesa dos seus direitos e atendem também a interesses e necessidades da população.

Ao elogiar a proposta, Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu o fim do inquérito policial.

– É no inquérito policial que se inicia todo o equívoco que termina em impunidade – garantiu.

Restrição a juiz companheiro de uma das partes

A condição de companheiro passará a figurar entre as hipóteses de impedimento à atuação do juiz nos processos que lhe forem distribuídos, sejam de natureza contenciosa ou voluntária. Essa condição impeditiva já é determinada na legislação para o cônjuge. Esse é o teor de projeto (PLC 46/05) aprovado ontem pela CCJ. A proposta altera o Código de Processo Civil (Lei 5.869/73) e deverá ser examinada pelo Plenário.

Para sanar problemas de técnica legislativa, o texto aprovado foi elaborado pelo relator, Raimundo Colombo (DEM-SC). Quando apresentou o projeto, o então deputado João Caldas argumentou ser imprescindível à lisura e ao prestígio das decisões judiciais a inexistência da menor dúvida



Raimundo Colombo, relator, apresentou texto alternativo

sobre motivos de ordem pessoal que pudessem influir no ânimo do magistrado.

O código já estabelece como causas de impedimento para atuação do juiz, entre outras situações: nos processos em que ele for parte; quando for cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau; ou nos casos em que o advogado da parte for seu cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral até o segundo grau.

CPC: Comissão de Juristas recebe sugestões em reunião no Senado

A comissão instituída pelo Senado para elaborar um anteprojeto de novo Código de Processo Civil (CPC) realiza a quarta audiência pública hoje, às 9h, no Auditório Petrônio Portela, do Senado. O objetivo é recolher sugestões de magistrados, advogados e parlamentares para subsidiar a elaboração de um texto atualizado.

A tendência dos debates, até o momento, tem sido pela criação de mecanismos capazes de conferir celeridade ao processo civil. Um deles, que deve constar do anteprojeto, é o "incidente de coletivização", que permitirá ações coletivas, diminuindo a sobrecarga do Judiciário.

Outra novidade é a possibilidade de uso de ferramentas eletrônicas nas fases do processo. "A virtualização da Justiça é uma realidade inegável", disse o presidente da Comissão de Juristas, o ministro Luiz Fux, do Superior Tribunal de Justiça.

Já foram realizadas reuniões nas cidades de Belo Horizonte, Fortaleza e Rio de Janeiro.

Leia abaixo algumas inovações que poderão constar do anteprojeto do novo CPC:

- ampliação dos poderes dos magistrados, dando a eles a possibilidade de adequar o procedimento às peculiaridades do caso concreto. Em contrapartida, será fortalecida a proteção ao princípio do contraditório;
- obrigatoriedade de audiência de conciliação como passo inicial de qualquer processo. Assim, se privilegiará o acordo entre as partes, considerado o melhor meio de solução dos conflitos;

- nos casos em que houver pessoa beneficiária da justiça gratuita envolvida no processo, ocorrerá a inversão do ônus da prova, devendo o Estado arcar com as despesas; e

- diminuição da quantidade de recursos.

Autorizado empréstimo de R\$ 280 milhões

O Senado aprovou na terça-feira o projeto de resolução (PRS 10/10) que autoriza empréstimo de 14,4 bilhões de ienes (cerca de R\$ 280 milhões) da Japan International Cooperation Agency à Companhia Catarinense de Água e Saneamento (Casan). A proposta foi relatada por Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e vai à promulgação.

O projeto foi votado a pedido de Ideli Salvatti (PT-SC), segundo a qual ele é fundamental para ampliar a oferta de saneamento ambiental em Santa Catarina. Na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o projeto foi aprovado de manhã, ela agradeceu ao relator o empenho em apresentar logo seu parecer, para viabilizar a operação antes do fechamento do ano fiscal no Japão, no dia 31 deste mês. Neuto de Conto (PMDB-SC) ressaltou as condições favoráveis do empréstimo (25 anos de prazo e juros anuais de 1,2%).



Ideli agradeceu o empenho do relator na CAE, Eduardo Azeredo

Indenização para municípios alagados

Os municípios que têm áreas alagadas por reservatórios de usinas hidrelétricas têm direito a uma indenização correspondente a 45% do valor da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos que se cobra das concessionárias estaduais. O restante desse fundo vai para os estados (45%) e para a União (10%). A Comissão de Assuntos Econômicos está discutindo projeto (PLC 315/09) que aumenta a fatia dos municípios e reduz a parte dos estados.

O relator, Wellington Salgado (PMDB-MG), destacou que os municípios são os mais afetados pelas consequências dos alagamentos na produção e no emprego. Somente em Minas Gerais, acrescentou, 145 municípios sofrem com perda de áreas agricultáveis e turísticas. A votação foi adiada devido a pedido de vista do senador Gilberto Goellner (DEM-MT).

Comissão de Meio Ambiente ouviu sugestões de especialistas para que o Brasil atinja um alto grau de eficiência na produção e geração de energia no Mundial de 2014

Biodiesel, LED e luz solar na agenda energética da Copa

A GERAÇÃO DE energia a partir do biodiesel, a utilização da tecnologia LED na iluminação dos eventos, o emprego de energia solar e a certificação de edificações com base em sua eficiência energética foram alguns dos temas debatidos ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Foi o segundo dia do seminário sobre normatização para obras sustentáveis na Copa do Mundo de 2014.

O primeiro a falar foi Paulo Augusto Leonelli, presidente do Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética, vinculado ao Ministério de Minas e Energia. Ele falou sobre a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence), concedida após avaliações da estrutura, da iluminação e do serviço de condicionamento de ar.

A etiqueta pode ser dada já para o projeto, com validade de três anos, ou para o edifício, por cinco anos. Vai do nível A, mais eficiente, ao E, menos eficiente. Para Leonelli, a etiqueta será muito importante nos estádios que receberão jogos da Copa, uma vez que são construções grandes e bastante singulares.

Marcelo Mesquita, da Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e Aquecimento (Abrava), lembrou que a energia solar é bastante indicada para estádios, hotéis, restaurantes e aeroportos – todos estabelecimentos que serão bastante utilizados na Copa.

Segundo Mesquita, as cerca de 200 empresas brasileiras que trabalham com energia solar movimentam R\$ 180 bilhões a cada ano, gerando 16 mil empregos diretos. Mas, apesar de o Brasil ter áreas com alta incidência de luz solar, responde por apenas 2% da área mundial coletora de energia solar. A China tem quase a metade de todo o mundo (48%) e os Estados Unidos, 19%.

LED e biodiesel

Marcos Vinícius de Souza Alvim, diretor da Tecnowatt Iluminação – representante, no Brasil, da multinacional espanhola Simon – defendeu o uso da nova tecnologia de iluminação, baseada nos diodos emissores de luz (LED, na sigla em inglês), por sua durabilidade – uma lâmpada de LED dura até 80 vezes mais que as comuns – e capacidade de gerar luz, oito vezes maior que

das incandescentes e quatro vezes maior que das halógenas. O problema, disse o convidado, ainda é o alto custo inicial.

Dono da indústria de geradores Gerasol, Sílvio Oliveira defendeu a produção da energia a partir do biodiesel e o uso dessa matriz nos geradores dos estádios, para evitar blecautes.

O empresário admitiu que o custo de produção do biodiesel é hoje mais alto do que o óleo diesel e disse que a única forma de diminuir esse custo é por meio de incentivos fiscais.

O industrial sugeriu a utilização de biodiesel puro nos geradores utilizados pelas fábricas nos horários de pico. Ele estimou que são utilizados nesses geradores 7,13 bilhões de litros de óleo diesel por ano. A substituição desse óleo diesel por biodiesel geraria uma diminuição de 8 milhões de toneladas na emissão de gás carbônico (CO₂), por ano, na atmosfera, o que possibilitaria ao Brasil arrecadar aproximadamente US\$ 80 milhões em créditos de carbono no mercado mundial.

A reunião foi presidida pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB), vice-presidente da CMA, e por Marisa Serrano (PSDB-MS).



Marcelo Mesquita, senador Cícero Lucena, Paulo Leonelli e Marcos Alvim: sugestões de eficiência energética na Copa

Cícero: política para o lixo antes das eleições

Cícero Lucena (PSDB-PB) preveu ontem que o Brasil deverá ter antes das eleições deste ano sua Política Nacional de Resíduos Sólidos, informando que a Câmara dos Deputados aprovou na semana passada projeto (PLC 203/91) que

trata do assunto. A proposta, que agora será examinada pelos senadores, tem “um texto moderno, abrangente e responsável”, que define obrigações dos governos, cidadãos e empresários no gerenciamento do lixo. De acordo

com o senador, a geração de lixo urbano no Brasil gira perto de 150 mil toneladas por dia, das quais de 55% a 60% ainda são destinados a lixões. Não existem sistemas de incineração de lixo urbano com controle ambiental.

Flexa Ribeiro relata visitas a municípios

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez ontem um relato em Plenário de visitas feitas a municípios de seu estado, acompanhado do ex-governador Simão Jatene e de parlamentares do PSDB.

De acordo com Flexa Ribeiro, o objetivo da caravana foi conversar com a população para colher subsídios para a formulação do programa de governo que deverá ser adotado pelo próximo candidato tucano ao governo do Pará.



Gerardo Magalhães

Geovani elogia cursos de educação fiscal

A iniciativa da rede pública estadual e municipal do Amapá de implantar aulas de educação fiscal para estudantes do ensino fundamental recebeu ontem elogios de Geovani Borges (PMDB-AP).

Geovani (foto) sugeriu que a iniciativa seja estendida a outros estados. Para ele, embora o Brasil detenha “o triste recorde” da tributação excessiva, a população parece desconhecer a importância e a complexidade do assunto.

Heráclito: TV educativa do Piauí pode sair do ar

Heráclito Fortes (DEM-PI) registrou que a TV Antares, canal educativo do estado do Piauí, pode sair do ar a qualquer momento por inadimplência. Ele citou matéria do portal da internet *180graus* segundo a qual a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí não paga desde outubro os serviços da empresa Satmais Telecom, que fornece o sistema de telecomunicação para levar o sinal da TV Antares a todo o estado.

Conflitos na fronteira do Amapá com Guiana

Geovani Borges (PMDB-AP) relatou ontem, em Plenário, a ocorrência de conflitos entre garimpeiros brasileiros e policiais franceses na região do rio Oiapoque, na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa.

De acordo com o senador, 30 brasileiros chegaram a ser presos na última semana, sob a acusação de entrada ilegal em território francês para extração de ouro.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Romeu Tuma • Roberto Cavalcanti • Sadi Cassol • Acir Gurgacz • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
 Revisão: André Falcão, Ery Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Segurança aérea será debatida em audiência pública na CDR

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou requerimento de Roberto Cavalcanti (PRB-PB) convocando o secretário da Aviação Civil, brigadeiro Jorge Godinho Barreto, para audiência pública sobre a segurança da navegação aérea.

Foi também acolhido pela comissão requerimento de Marconi Perillo (PSDB-GO) para a realização de debates, em diversos municípios do país, sobre alternativas para o desenvolvimento regional e o turismo voltado à inclusão social.

Comissão discutirá desaparecimento de jovens em GO

A Comissão de Direitos Humanos aprovou ontem pedido de Cristovam Buarque (PDT-DF) para audiência pública sobre o desaparecimento de seis jovens em Luziânia (GO). Serão convidadas para prestar informações que contribuam para a elucidação dos fatos as mães dos desaparecidos e autoridades que estão mais diretamente relacionadas às investigações: o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, e o secretário de Segurança Pública de Goiás, Ernesto Roller.

Procon apoia o fim da cláusula de fidelização

A Procuradoria de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) é a favor do fim da cláusula de fidelização, que exige do consumidor permanência em contrato de serviços de telecomunicações por período que pode chegar a um ano.

A informação foi prestada à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) por Roberto Cavalcanti (PRB-PB) durante discussão de projeto que acaba com aquela cláusula.

Conclusão é dos convidados a debater as formas de combate à discriminação racial na rede pública de ensino. Livros e até diretores foram acusados de estimular preconceito

Racismo nas escolas diminuiu, mas ainda está longe do fim

A LUTA CONTRA o racismo e a discriminação das diferenças está avançando na rede pública de ensino, principalmente depois da Lei 10.639/03, mas ainda há muito a ser feito. Esta foi a principal conclusão da audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Participaram do debate, proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS), Leonor Franco de Araújo, coordenadora-geral de Diversidade da Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação; Martvs Alves das Chagas, subsecretário de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Paulo Vinicius Baptista da Silva, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; e a pesquisadora Renisia Cristina Garcia Filice.

A Lei 10.639/03 obriga a inclusão da cadeira de História e Cul-

tura Afro-Brasileira e o debate sobre as lutas dos negros no Brasil em todas as escolas. Renisia Cristina disse que o esforço não está sendo suficiente, por falta de coordenação entre os órgãos e pela resistência de gestores de educação nas escolas.

Paulo Vinicius apresentou uma lista de livros que, desde 1950, mostram como a escola funciona como propagadora do racismo e de uma cultura que exclui o negro, o índio e o cigano.



Fátima Cleide, entre Martvs Antônio das Chagas e Renisia Garcia Filice, coordenou debate realizado ontem na CE



Paim defende projeto de sua autoria que está na Câmara

Paim destaca política para morador de rua

Paulo Paim (PT-RS) saudou a recente instalação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Ele aproveitou para lembrar que projeto (PLS 299/06) de sua autoria sobre o tema tramita na Câmara.

– O objetivo desse projeto é garantir assistência, condições para inclusão social e oportunidade de qualificação profissional aos moradores de rua – afirmou.



Mário Couto: "Bandidos no estado também estão nos gabinetes"

Bandidos tomaram conta do Pará, diz Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) disse da tribuna que os bandidos tomaram conta do seu estado. "A banditagem não está só nas ruas. A banditagem, no Pará, também está dentro dos gabinetes", apontou.

Ele contou que o senador José Nery (PSOL-PA) foi assaltado, quando pernoitava em Belém, por um grupo de assaltantes que tomou o hotel. Nery ficou preso no almoxarifado junto com funcionários e os outros hóspedes.



Papaléo cita falha no Sistema de Seleção Unificada, criado pelo MEC

Papaléo critica governo por novo erro no Enem

Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou ontem falha no Sistema de Seleção Unificada (Sisu) – que usa notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para preencher vagas em universidades públicas –, que levou estudantes a pensarem que haviam sido aprovados.

O senador disse que o erro é mais um da série de equívocos protagonizados pelo Ministério da Educação no Enem, que "deixou vazar a prova" e foi obrigado a adiar a realização do exame, prejudicando dezenas de milhares de estudantes.



Cavalcanti celebra quatro medalhas obtidas no Rio de Janeiro

Cavalcanti elogia estudantes paraibanos

Estudantes paraibanos que conseguiram, nos últimos dias, uma medalha de ouro e três de prata na etapa nacional da Olimpíada do Conhecimento de 2010, no Rio de Janeiro, foram elogiados ontem pelo senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

A Olimpíada é a maior competição de educação profissional das Américas, realizada há mais de 20 anos no país pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Os vencedores de cada país irão participar do campeonato mundial de 2011, em Londres.

Interrupção de estágio para estudantes grávidas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) confirmou ontem a aprovação do PLS 48/08. Apresentado pelo então senador Exedito Júnior, ele permite às estudantes grávidas interromper por 120 dias o estágio que estejam fazendo. O texto, com as modificações sugeridas pelo relator, Papaléo Paes (PSDB-AP), já havia sido aprovado na semana passada, mas, devido às modificações, precisava ser

submetido a turno suplementar de votação. Como a decisão foi terminativa, será agora examinada pela Câmara.

O projeto assegura salário-maternidade para as estudantes grávidas que sejam seguradas facultativas do Regime Geral de Previdência Social. Além disso, proíbe o desligamento da estudante desde o momento da confirmação da gravidez até o término do estágio.

Plantas de obras públicas podem tornar-se material didático

Órgãos públicos de todos os níveis de governo podem ser obrigados a manter em arquivo informações com valor didático referentes às obras que tenham projetado ou executado, como plantas e orçamentos. O objetivo é garantir a professores e alunos de arquitetura e engenharia acesso total e gratuito às informações sobre obras tidas como de especial interesse para a formação técnica e cultural dos futuros profissionais.

A medida está prevista em projeto (PLC 166/08) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e que segue agora para exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O relator na CAE, César Borges (PR-BA), recomendou a aprovação do projeto do deputado Zezéu Ribeiro (PT-BA), afirmando que a iniciativa também permitirá maior controle e fiscalização das obras públicas.

Autorizado adicional de risco a vigilantes de universidades

Proposta que autoriza o Executivo a criar adicional por atividade de risco para vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica foi aprovada ontem pela CCJ. Proposto pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o projeto (PLS 179/2008) determina que o adicional por atividade de risco deverá ser

cumulativo com as demais vantagens recebidas pelo vigilante, sendo fixado entre 50% e 100% do vencimento básico.

Zambiasi diz que é preocupante a crescente violência enfrentada pelos vigilantes universitários em suas atividades, muitas vezes sendo obrigados a realizar funções institucionalmente delegadas à polícia civil ou militar.

Dispensa de visto para empregado de navio turístico

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto (PLS 548/09) da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que elimina a necessidade do visto temporário para os empregados estrangeiros de navio de turismo internacional aportado em águas brasileiras. A matéria ainda vai a votação na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Serys ressaltou que o segmento dos cruzeiros é o que mais cresce no mercado mundial de turismo e que o Brasil está próximo da marca de 1 milhão de chegadas de turistas internacionais por ano, daí por que esse é um dos setores que necessita de um olhar mais atento.

CDR aprova criação de Ride em Macapá e Santana

Projeto do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) que cria a Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) de Macapá e Santana, no Amapá, foi aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). A mesma proposta também institui o Programa Especial de Desenvolvimento dessas duas unidades.

Papaléo Paes argumenta que os dois municípios abrigam 76% da população do Amapá e têm sérios problemas de infraestrutura, pobreza e desemprego.

Já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o PLS 111/05 segue agora para o exame da Câmara dos Deputados.

PELA ABERTURA POLÍTICA DE CUBA

O presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva deveria usar seu prestígio para defender uma abertura política e mostrar ao regime dos irmãos Castro os empecilhos que o mantém isolado da comunidade internacional, afirmou ontem Valter Pereira (PMDB-MS). – É possível aproveitar a amizade de ambos [Lula e os irmãos Castro] e a influência de Lula na comunidade internacional para ajudar Cuba – disse.

TRISTEZA EM RIO PARDO

Valdir Raupp (PMDB-RO) lamentou que o Senado ainda não tenha apreciado a MP 470/09, que recebeu emenda prevendo a regularização territorial do vilarejo de Rio Pardo, localizado na Floresta Nacional de Bom Futuro (RO). – O povo de Rio Pardo, de Minas Novas, de Marco Azul, mais de 20 mil pessoas, que aguardava a aprovação desta MP, está muito triste. Quero me solidarizar com essas pessoas – disse o senador.

DESATIVAÇÃO DA ALCANORTE

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) lamentou que, por causa de dívida acumulada, a empresa Alcanorte esteja desativada após 34 anos da sua fundação em Macau (RN). A Alcanorte, uma estatal que foi privatizada, era produtora de barrilha, matéria-prima essencial para a fabricação de vidro e outros produtos da construção civil, e tinha capacidade para produzir 265 mil toneladas por ano. O Brasil consome 800 mil toneladas/ano de barrilha, a maior parte importada.

RECORDE NEGATIVO NA BAHIA

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse que a Bahia vem registrando quedas recordes na arrecadação de impostos. O senador atribuiu os resultados ruins à falta de planejamento por parte do governo Jaques Wagner (PT) e à falta de políticas fiscais sólidas. – Pela primeira vez na história do ICMS, o estado da Bahia apresentou o pior índice nacional de crescimento da arrecadação – afirmou.

Jucá acena com novas MPs se 470/09 caducar

Romero Jucá afirmou ontem que o vencimento, na próxima terça-feira, do prazo de validade da medida provisória (MP 470/09) que abre crédito de R\$ 6 bilhões para a Caixa Econômica Federal e de R\$ 1 bilhão para o Banco do Nordeste do Brasil, não representará “prejuízo irreversível para o funcionamento do governo”.

O senador disse que o governo vai aguardar o vencimento da MP. Ele observou que, nesse prazo, continuarão valendo todos os dispositivos propostos. Após o vencimento, se necessário, o governo editará outras medidas provisórias para legislar sobre o assunto.

A polêmica em torno da medida provisória – que recebeu mais de 20 emendas na Câmara e chegou ao Senado na forma de projeto de lei de conversão (PLV 18/09) – se deu devido à obstrução dos senadores do Nordeste. Eles exigem a inclusão no texto dos termos da renegociação da dívida dos pequenos agricultores do Semiárido.

– Nós temos o compromisso com os agricultores do Nordeste, mas ainda não temos o texto. O que aconteceu foi uma manobra da oposição tentando marcar posição. É legítimo, mas desnecessário – avaliou Jucá.



Mão Santa pede solução para produtores do NE

O senador Mão Santa (PSC-PI) cobrou do governo federal o atendimento de várias reivindicações elaboradas por seu partido relativas à remissão dos financiamentos rurais atrasados de pequenos agricultores do Semiárido nordestino. Ele disse que, sem o atendimento das exigências formuladas, não dará seu voto de apoio ao governo para a aprovação das medidas provisórias que estão sendo analisadas no Senado.

Entre as reivindicações do PSC, estão a suspensão das cobranças de dívidas durante o ano de 2010 e o perdão de financiamentos com valores abaixo de R\$ 15 mil.

Senador apoia greve na defesa agropecuária

Mão Santa registrou seu apoio e solidariedade aos servidores da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Piauí (Adapi), em greve desde o dia 8. O senador leu carta enviada pelo médico veterinário e fiscal agropecuário Fernando Neiva, que pede ajuda para ver as reivindicações dos grevistas atendidas.

Os servidores, como informou Mão Santa, reivindicam adicional de gratificação, plano de cargos e salários, melhoria da infraestrutura do órgão, garantia de suporte policial às atividades de fiscalização e pagamento retroativo de gratificação de insalubridade.

Projeto sobre royalties do petróleo pode ficar para depois das eleições

Lider do governo admite adiamento de votação se não houver entendimento entre os líderes partidários. Romero Jucá afirma que proposta que veio da Câmara não será aprovada no Senado, pois gera crise federativa

O LÍDER DO governo, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou ontem, em entrevista, que, caso não seja possível chegar a um acordo a respeito do regime de partilha dos royalties do petróleo extraído do mar, o governo propõe deixar a votação do projeto que trata especificamente desse tema para depois das eleições.

– Estamos conversando com cada líder. Se for possível votar dentro do entendimento, ótimo, é a solução ideal. Se não, vamos dividir as vota-



Entre José Agripino (E) e Romero Jucá, José Sarney preside a sessão do Senado

ções, para que não se tenha, antes das eleições, o clima contaminado pelo processo eleitoral – disse.

Para Jucá, da forma como veio da Câmara o projeto não será aprovado no Senado, pois cria uma crise federativa.

Emenda apresentada pelo deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) estabeleceu que os royalties sejam distribuídos entre todas as unidades da Federação, na proporção da distribuição dos fundos constitucionais (FPE e FPM), o que prejudica os estados produtores, que perderão receita.

O governo enviou ao Congresso quatro projetos de lei que tratam do marco regulatório para exploração dos recursos da camada pré-sal. Três deles já estão tramitando no Senado.

Sarney: Senado vai negociar solução para o impasse

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou ontem que a instituição vai negociar uma solução para o impasse criado em torno dos projetos do marco regulatório do petróleo da camada pré-sal desde a aprovação, na Câmara, da Emenda Ibsen.

– Será uma solução que envolva os governadores e a

Câmara dos Deputados, que será feita aos poucos e sem passionalismo – disse Sarney, durante reunião em que recebeu os governadores de Pernambuco, Eduardo Campos, e do Ceará, Cid Gomes.

Eduardo Campos explicou que o Fórum dos Governadores do Nordeste vem discutindo a questão dos royalties

e considera o princípio da proposta aprovada na Câmara inegociável, pois trata com justiça e equidade todos os entes federados. Entretanto, eles defendem uma proposta de transição, que possa atender o povo do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo.

Cid Gomes também salientou a importância de uma so-

lução negociada, no Senado, ouvindo os governadores de todos os estados e apostando no diálogo.

Também participou da reunião Renato Casagrande (PSB-ES). O senador propôs que a distribuição dos royalties passe a ser feita apenas para os estados, e não mais para estados e municípios.

Camata insiste: royalty é compensação

Apenas uma emenda constitucional poderia permitir que os royalties do petróleo fossem partilhados entre os estados da União, disse ontem Gerson Camata (PMDB-ES). O petróleo pertence à União, mas os royalties são do estado produtor.

– Para regulamentar um artigo da Constituição, é preciso uma lei complementar. A Câmara dos Deputados mudou um artigo da Constituição com uma lei ordinária – disse, referindo-se à emenda aprovada na Câmara a projeto do governo que trata do marco regulatório para a exploração do petróleo do pré-sal. O texto será agora analisado pelos senadores.

O royalty “é uma compensação financeira pela exploração. Ele não é da União”, afirmou, reiterando que ele é pago aos estados produtores por prejuízos e danos ecológicos causados pela exploração do petróleo.

Casagrande apela para o bom senso

Após participar de reunião em busca de solução para barrar emenda aprovada na Câmara que tira dos estados produtores as receitas dos royalties para estados e municípios produtores, Renato Casagrande (PSB-ES) fez um apelo por uma solução de consenso que possa atender a todos os estados.

– A medida aprovada na Câmara representa tensionamento nas relações das unidades da Federação. O rompimento do contrato é uma ilegalidade e uma posição que não é a tradição brasileira – criticou o senador.

Segundo Casagrande, a Constituição não dá tratamento diferenciado a estados produtores e não produtores, o que, avalia, representa uma falha. Para ele, a solução é buscar o entendimento para uma posição que respeite os contratos firmados e dê tratamento diferenciado a estados e municípios produtores.

Para Malta, Emenda Ibsen é “eleitoreira”

O senador Magno Malta (PR-ES) classificou de “eleitoreira” a Emenda Ibsen Pinheiro.

– É uma emenda eleitoreira, irresponsável, deixa passivo ambiental e cria bolsões de miséria. O resultado vai ser o crescimento da violência, das drogas – afirmou.

Magno Malta disse ter participado de reunião na terça-feira passada, com parlamentares do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo em busca de uma solução. Para ele, é fundamental a retirada da urgência na tramitação dos projetos que criam o marco regulatório do pré-sal, que, no seu entender, devem ser votados após o período eleitoral.

– Precisamos confiar no presidente Lula. A conversa dele com os governadores foi diferente. O governo certamente irá alterar [os projetos] com visão nos estados produtores – disse.

Adiada decisão sobre tramitação da Petro-Sal

Pedido de vista coletiva na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou de ontem para a próxima semana a votação de requerimento do

senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) solicitando a interrupção da tramitação do projeto de lei da Câmara (PLC 309/09) que autoriza a criação da empresa estatal

Petro-Sal. O adiamento ocorreu logo após a leitura de parecer do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) favorável ao requerimento.